

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



POR QUE HÁ QUEM SE RECUSE A APRENDER SOBRE SEXUALIDADE?

Felipe Bueno do Nascimento¹
Sirlene Mota Pinheiro da Silva²

Resumo: Este artigo investiga a recusa deliberada em aprender sobre sexualidade no espaço educativo. A partir de uma narrativa hipotética, foram identificados quatro motivos para essa recusa ao aprendizado, definindo-a não como déficit cognitivo, mas como ato de preservação de convicções morais. Conclui-se que tal impermeabilidade opera como defesa psíquica contra a desconstrução de dogmas, exigindo da docência uma postura de resistência e persistência.

Palavras-chave: Sexualidade. Gênero. Educação. Ensino. Educação Sexual.

WHY ARE THERE THOSE WHO REFUSE TO LEARN ABOUT SEXUALITY?

Abstract: This article investigates the deliberate refusal to learn about sexuality in the educational setting. Based on a hypothetical narrative, four motives for this refusal to learn were identified, defining it not as a cognitive deficit, but as an act of preserving moral convictions. It is concluded that such impermeability operates as a psychic defense against the deconstruction of dogmas, demanding a posture of resistance and persistence from the teaching practice.

Keywords: Sexuality. Gender. Education. Teaching. Sex education.

¿POR QUÉ HAY QUIENES SE NIEGAN A APRENDER SOBRE SEXUALIDAD?

Resumen: Este artículo investiga el rechazo deliberado a aprender sobre sexualidad en el espacio educativo. A partir de una narrativa hipotética, se identificaron cuatro motivos para este rechazo al aprendizaje, definiéndolo no como un déficit cognitivo, sino como un acto de preservación de convicciones morales. Se concluye que tal impermeabilidad opera como defensa psíquica contra la desconstrucción de dogmas, exigiendo de la docencia una postura de resistencia y persistencia.

Palabras clave: Sexualidad. Género. Educación. Enseñanza. Educación Sexual.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão (PPGE/UFMA). E-mail: prof.felipebueno@gmail.com. Artigo desenvolvido na disciplina *Sexualidade, Cultura e Educação* do PPGE/UFMA, ministrada pela Profa. Dra. Sirlene Mota Pinheiro da Silva, entre setembro de 2025 a fevereiro de 2026.

² Professora do PPGE/UFMA. Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). E-mail: sirlene.mota@ufma.br. Orientadora deste estudo.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



INTRODUÇÃO

Imagine uma sala de aula comum de pós-graduação. A nova disciplina, que trabalha sobre sexualidade e educação vai começar. A professora recebe os estudantes, que chegam, ocupam seus lugares e aguardam o início da aula. Um dos estudantes é um homem de 30 anos, articulado e seguro de si. Esse estudante, aqui destacado, constitui o personagem central da análise que se desenvolve a seguir.

Nos primeiros encontros, ele prefere observar. Escuta atentamente as palavras dos colegas e da professora. Percebe rapidamente quais posições são bem recebidas e quais causam desconforto. Com o passar do tempo, passa a se manifestar. Suas falas, à primeira vista, parecem alinhadas ao que está sendo discutido. Há concordância, há acenos de apoio. Mas, misturados a esses momentos, surgem também comentários problemáticos, perguntas enviesadas e observações negativas que recaem sempre sobre os mesmos sujeitos. Ou seja, passa a deixar evidente suas percepções preconceituosas.

Quando corrigido, não parece precisar de tempo para reflexões, mas demonstra compreender. Reformula, ajusta o discurso, segue adiante. No entanto, logo o padrão se repete. O erro retorna, não como desconhecimento, mas como insistência. Em algumas situações, aproxima-se de colegas cujas existências são atravessadas diretamente pelos temas debatidos e, sob o disfarce da curiosidade ou da dúvida, dirige-lhes comentários que funcionam como ataques pessoais cuidadosamente camuflados.

Um olhar mais atento à cena revela que suas intervenções operam em modo defensivo. O conteúdo trabalhado na disciplina parece ser percebido por ele como uma forma de ataque pessoal, ao qual responde não por meio do enfrentamento direto, mas por ataques indiretos, cuidadosamente modulados.

Fora da sala, em conversas reservadas com colegas de sua confiança, finalmente admite não se importar com nada do que está sendo debatido na disciplina. Confessa que não presta atenção às aulas, pois os assuntos trabalhados não lhe interessam, e que apenas cumpre o que é exigido para concluir o percurso formativo. Afirma, com convicção, que independentemente da forma como o conteúdo (sobre sexualidade) for abordado ou

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

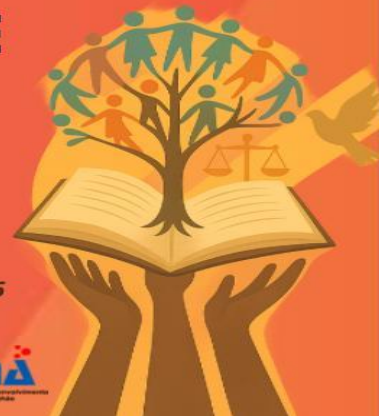
Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



apresentado, sua opinião não mudará. No seu entendimento “*homem sempre será homem e mulher sempre será mulher*”, deixando evidente a sua posição cisheteronormativa.

Em público, contudo, mantém a performance: realiza as atividades solicitadas e tenta dizer o que acredita ser o que a professora espera ouvir. Ao final, é aprovado. Para a instituição, para os registros formais, para os critérios avaliativos, trata-se de um discente exemplar. Tranquilo. Sem conflitos. O semestre termina, o conteúdo foi ministrado, mas algo fundamental não aconteceu: a aprendizagem.

A situação descrita não corresponde a um relato empírico e nem a um estudo de caso específico. Trata-se de um exemplo hipotético, construído como recurso analítico, a partir de situações recorrentes no cotidiano educacional, com a finalidade de explicitar um tipo particular de relação com o conhecimento quando a sexualidade é colocada em pauta. A cena não busca representar indivíduos concretos, mas condensar dinâmicas observáveis que ajudam a iluminar o problema discutido neste artigo.

Diante desse quadro, este trabalho objetiva responder a pergunta que o intitula: *Por que há quem se recuse a aprender sobre sexualidade?* Para responder a essa questão, o artigo organiza-se em três movimentos articulados: 1) delimitação do entendimento de sexualidade adotado nessa análise; 2) detalhamento dos quatro motivos elencados para explicar a recusa à aprendizagem de sexualidade: Herança histórica, Intuição moral, Sectarização, e Blindagem cognitiva; e 3) fechamento do texto através das considerações finais. Enfim, trata-se de um ensaio de caráter reflexivo.

A metodologia adotada neste artigo insere-se no campo da pesquisa qualitativa, de natureza teórico-analítica (tomando a cena narrada como um dispositivo de reflexão pedagógica) entendida como aquela que privilegia a interpretação crítica de conceitos, discursos e práticas sociais, em vez da mensuração de variáveis ou da generalização estatística. Minayo (2014) destaca que esse tipo de abordagem permite analisar processos sociais a partir de suas dimensões históricas, culturais e políticas, sem reduzi-los a explicações simplificadoras.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



1.1 O que é sexualidade?

Compreender o que se entende por sexualidade é um passo indispensável para qualquer reflexão que pretenda tratá-la como objeto de análise. Isso porque, para muitas pessoas, falar em sexualidade ainda é entendido, quase automaticamente, como falar de sexo, e isso é um erro muito comum. Afinal, o sexo faz parte da sexualidade, mas ela é bem mais abrangente, indo além de aspectos estritamente biológicos. Na definição seguinte, Janine Soares, Guilherme Porte e Vera Santos³ (2019, p.51) nos auxiliam neste entendimento:

[...] sexualidade é um aspecto central do ser humano em toda a vida e abrange sexo, identidade e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A Sexualidade é experienciada e expressada em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas essas dimensões, nem todas elas são sempre expressadas ou sentidas. Sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais.

Soares, Porte e Santos (2019) permitem compreender a sexualidade como um fenômeno complexo, multidimensional e atravessado por diferentes esferas da vida social. Ao concordarem que a sexualidade é “um aspecto central do ser humano em toda a vida”, afasta-se a ideia de que ela esteja restrita à vida adulta. Pelo contrário, a sexualidade aparece como uma dimensão que acompanha os sujeitos desde a infância.

Quando os autores mencionam identidade e papéis de gênero, referem-se, por exemplo, à forma como os sujeitos aprendem a se reconhecer como homens ou mulheres, ou seja, aos comportamentos que lhes são socialmente esperados e às normas que regulam o que podem ou não fazer em função desse reconhecimento. As maneiras de se vestir, de ocupar espaços, de expressar emoções ou de estabelecer relações interpessoais são atravessadas por esses papéis de gênero e constituem expressões da sexualidade.

³ Assim como Camila Rezende (2019), optamos por escrever o primeiro nome, seguido do sobrenome na primeira vez que citamos cada autor(a), como forma de darmos visibilidade aos corpos que escrevem, visto que os sobrenomes são quase sempre masculinos ou assépticos em relação ao gênero.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Ao mencionar pensamentos, crenças, valores e atitudes, a definição evidencia que a sexualidade também se expressa no modo como os sujeitos interpretam e julgam situações do cotidiano. Isso pode ser observado, por exemplo, quando alguém considera inadequado que um casal homoafetivo demonstre afeto em público, mas naturaliza a mesma atitude quando se trata de um casal heterossexual; ou ainda quando associa expressões corporais específicas a desvios morais ou comportamentais. Esses juízos, frequentemente apresentados como opiniões pessoais, são atravessados por concepções de sexualidade aprendidas e reforçadas ao longo da trajetória social dos sujeitos, em espaços como a família, a religião, a escola e os meios de comunicação.

Sobre a sexualidade ser influenciada por fatores sociais, históricos e políticos, isso significa dizer que essas concepções variam conforme o tempo e o lugar. O que é considerado aceitável ou condenável em relação à sexualidade em uma sociedade ou em um período histórico pode ser visto de maneira distinta em outro contexto.

Do mesmo modo, nem todas as dimensões da sexualidade se manifestam de forma visível ou explícita, pois muitas vezes elas são silenciadas, reprimidas ou vividas apenas no plano privado. Essa abordagem permite compreender a sexualidade como uma dimensão ampla, cotidiana e socialmente construída, cuja compreensão exige olhar para além do corpo e das práticas individuais.

Tânia Mara Cruz, no livro didático intitulado *“Sexualidade e orientação sexual: cultura e transformação social”*, publicado em 2014, também compreende a sexualidade como uma dimensão constitutiva da experiência humana que ultrapassa os limites do biológico e se articula diretamente com os modos sociais de produzir sentidos sobre o que é ser homem, ser mulher e vivenciar masculinidades e feminilidades. Para a autora, essas definições não se restringem ao âmbito privado, mas perpassam pelo cotidiano das pessoas, pelos espaços educativos, pelos discursos médicos, chegando até nas instâncias políticas, incluindo organismos internacionais. Nesse sentido, a sexualidade torna-se um eixo organizador da vida social, influenciando práticas, normas e expectativas que regulam os sujeitos em diferentes contextos históricos e institucionais.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Guacira Lopes Louro (1997) apresenta a sexualidade através do exame dos processos concretos por meio dos quais ela é produzida socialmente. Para a autora, a sexualidade não deve ser compreendida apenas como algo influenciado pelo contexto social, mas como uma dimensão ativamente fabricada nas práticas cotidianas, por meio de discursos, normas, símbolos e rotinas que organizam a vida social.

Trata-se de um processo contínuo, geralmente sutil, que se realiza muito mais nos gestos banalizados e nas regras implícitas do que em discursos explícitos ou prescrições formais (Louro, 1997). Isso é importante porque permite compreender que a sexualidade é ensinada mesmo quando não se fala diretamente sobre ela.

Assim, compreendido o conceito de sexualidade, é preciso entender a importância de o tema ser tratado em nível superior, não apenas por representar uma etapa avançada da escolarização, mas por constituir um espaço de formação de profissionais que atuarão com pessoas, ou seja, diretamente com sujeitos cujas trajetórias de vida são atravessadas por questões relacionadas à sexualidade, e que demandam profissionais tecnicamente aptos para intervir de modo adequado nesse sentido. Sirlene Silva e Jónata Moura (2022, p. 167), nos alertam:

Sem ter essa formação específica, o/a docente corre o risco de cair no senso comum e relativizar aspectos referentes às sexualidades e os gêneros que deveriam ser tratados com aparatos teóricos e metodológicos próprios para tal abordagem. Por isso a importância de uma formação docente de qualidade [...].

Silva e Moura (2022) referem-se especificamente aos docentes, mas é possível abranger essa visão da necessidade de uma formação específica sobre sexualidade para todas as áreas, o que nas palavras dos autores, implica em “romper limites e ampliar as possibilidades”. Dessa forma, a universidade poderá contribuir para a formação de profissionais mais conscientes dos efeitos que concepções naturalizadas, silenciamentos e preconceitos produzem nas trajetórias de vida dos sujeitos.

Ainda assim, a abordagem da sexualidade não é consensual e encontra resistências, expressas na recusa de alguns sujeitos em aprender e se engajar criticamente com a temática, questão que será examinada no tópico seguinte.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



1.2 Quatro motivos que levam à recusa da aprendizagem sobre sexualidade

Quando Judith Butler esteve no Brasil, em novembro de 2017, teve de lidar com uma onda de protestos orquestrados pela extrema-direita. Os opositores ao trabalho da filósofa norte-americana, uma das maiores referências nos estudos de gênero, a hostilizaram em todas as oportunidades que tiveram.

Munidos de crucifixos, terços, bandeiras do Brasil e placas com mensagens como “não à ideologia de gênero” e “o sonho de Judith Butler é destruir a identidade sexual dos seus filhos”, gritavam palavras de ordem como “Fora, Butler”, “homem é homem e mulher é mulher” e “bruxa”, enquanto a autora palestrava no colóquio “Os fins da democracia”, realizado no SESC Pompéia e organizado pela Universidade de São Paulo (USP). O objetivo era tentar intimidá-la.

A professora Ingrid Cyfer, ao analisar essa situação, considera que naquele momento, uma das maiores contribuições de Butler aos debates de gênero realizados no Brasil, foi justamente a “simples presença e cumprimento de sua agenda, apesar dos protestos” (Cyfer, 2018, p.12), uma vez que, ao permanecer, oportunizou que os seus críticos mostrassem ódio e argumentos infundados, transparecendo suas posições morais e ignorantes sobre o tema. Afinal, não houve ali qualquer proposta de debate; o que se observou foi um ataque vazio àquilo que os opositores identificaram como ameaça.

A própria Butler, na obra “*Quem tem medo do gênero?*”, publicada em 2024, afirma que “o mínimo que se pode dizer é que os debates lexicais sobre gênero não são realmente acompanhados por quem se opõe ao termo” (Butler, 2024, p.9). Também em 2024, durante evento no Vaticano, o Papa Francisco disse que a ideologia de gênero era uma das coisas mais terríveis⁴ da atualidade, informando que havia “solicitado estudos sobre essa ideologia ruim”. Ou seja, demoniza-se antes, estuda-se depois.

⁴ Guerras, crises climáticas, pobreza extrema, crises democráticas, racismo, feminicídio, destruição ambiental, violência, escassez de água potável, exploração sexual de crianças e precarização do trabalho figuram entre os problemas mais graves do tempo presente e poderiam constituir contrapontos consistentes contra a afirmação do pontífice já falecido. No entanto, considerando os objetivos desta proposta, não cabe aqui o aprofundamento dessa discussão.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Esses episódios de ataques e agressões a quem ousa falar sobre sexualidade são, infelizmente, bem comuns, inclusive, já vivenciados por todos os pesquisadores da área em algum momento de suas trajetórias profissionais. Silva e Moura (2022, p.165) concordam que discutir sobre sexualidade não é uma tarefa fácil. A complexidade que envolve esses temas encontra-se profundamente marcada pelos preconceitos socialmente incorporados, que frequentemente os associam à noção de pecado.

Por isso é comum observar elementos religiosos (crucifixos e terços) em manifestações contrárias ao desenvolvimento de estudos nessa área. A partir dessa associação moralizante, instaura-se um pânico moral que produz a ideia de que trata-se de algo a ser combatido, mas não estudado e conhecido.

Nesse ponto, retoma-se o exemplo hipotético mobilizado nesse trabalho: o discente que, mesmo matriculado em uma disciplina cujo conteúdo principal é a sexualidade humana, recusa-se deliberadamente a estudar esses conteúdos. A resposta mais simples é a de que ele é adepto do pensamento que vê nesses temas uma ameaça social, logo, os rejeita. Todavia, é possível aprofundar a discussão, elencando quatro motivos que detalham melhor essa dinâmica: 1. Herança histórica; 2. Intuição moral; 3. Sectarização; e 4. Blindagem cognitiva.

1.2.1 Herança histórica

O primeiro motivo se inscreve em processos históricos mais amplos, tais como os tabus culturais e religiosos que moldam a forma como esse tema é socialmente compreendido. No livro *"História da Sexualidade I: A vontade de saber"*, Michel Foucault (1999) conta que a repressão e o silenciamento da sexualidade teriam começado no século XVII, coincidindo com a ascensão da burguesia e do capitalismo.

As análises de Foucault (1999) permitem compreender que estudar a sexualidade é visto como "desordem" ou "corrupção dos costumes" porque, para ele, o dispositivo de sexualidade tem um efeito dissolvente sobre as velhas hierarquias.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Ao analisar o sexo historicamente e socialmente, revela-se que as normas não são naturais, mas construídas. Para quem defende uma moralidade tradicional, isso é perigoso, pois expõe a fragilidade das normas que eles consideram eternas.

A ideia de que a educação sexual é uma "infração moral" está ligada ao medo da "população degenerada", pois no século XIX, temia-se que a sexualidade desregrada causasse doenças físicas que enfraqueceriam a nação. Hoje, esse medo transmutou-se para o campo moral e identitário: o medo de que o discurso sobre a diversidade sexual vá "contaminar" a população estudantil, criando "desvios" onde deveria haver "ordem".

Foucault (1999) ensina que o poder produz discursos. A resistência atual opera na lógica de que "falar é fazer existir". As pessoas rejeitam estudar o conteúdo porque, na ótica do biopoder, o discurso escolar tem a capacidade de moldar corpos. Logo, a rejeição se dá pelo reconhecimento (ainda que inconsciente) de que o saber é poder. Elas acreditam que estudar a sexualidade é, inevitavelmente, transformar a forma como os sujeitos se veem e, conseqüentemente, alterar a ordem social estabelecida.

Portanto, essa negação transcende a sala de aula e se revela como um esforço conservador para manter a 'verdade' do sexo sob controle rígido. Ao evitar o estudo, protege-se a estrutura hegemônica de questionamentos que poderiam desestabilizá-la.

1.2.2 Intuição moral

O segundo motivo que ajuda a compreender a recusa em aprender sobre sexualidade diz respeito ao modo como as convicções morais operam na constituição das crenças individuais. Na obra *"A mente moralista: por que pessoas boas são segregadas por política e religião"*, Jonathan Haidt (2020) argumenta que os julgamentos morais não são produzidos prioritariamente por processos racionais e reflexivos, mas por intuições morais rápidas, automáticas e emocionalmente carregadas, às quais a razão costuma servir posteriormente como mecanismo de justificação.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIIDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Quando um(a) estudante adulto se depara com uma disciplina centrada na sexualidade e opta deliberadamente por uma postura de impermeabilidade (realizando apenas as tarefas mínimas para aprovação burocrática, recusando-se a apreender ou refletir sobre o conteúdo), estamos diante de um fenômeno que a psicologia moral de Haidt (2020) explica através do conceito de "raciocínio motivado".

Haidt (2020) fez uma série de testes comparando a resposta neural de pessoas de esquerda e de direita. Os sujeitos de seus testes usaram uma touca especial para medir as ondas cerebrais produzidas diante dos estímulos dados através de sentenças sobre situações do cotidiano nas quais deveriam decidir sobre a moral envolvida. Ele observou que a resposta do cérebro é rápida, tanto para perceber a informação, como para julgá-la: “No primeiro meio segundo, depois de ouvir uma declaração, os cérebros partidários já estão reagindo de maneira diferente. [...]. As intuições vêm primeiro, depois vem o raciocínio estratégico” (Haidt, 2020, p. 175).

Nesse cenário, o "elefante" (a intuição moral e emocional do aluno) já decidiu antecipadamente que o conteúdo é hostil ou repulsivo. O "ginete" (a razão), portanto, não trabalha para compreender a matéria, mas atua exclusivamente como um advogado de defesa, criando estratégias para cumprir os requisitos formais da disciplina sem permitir que as ideias apresentadas penetrem ou alterem a visão de mundo preestabelecida.

A recusa em aprender profundamente, limitando-se à superficialidade da nota, é uma estratégia de proteção ativada principalmente pelo fundamento da Santidade/Degradação (Haidt, 2020). Para esse sujeito, as teorias e discussões sobre sexualidade não são apenas tópicos acadêmicos neutros; são percebidas intuitivamente como agentes contaminantes. Estudar o tema a fundo exigiria "tocar" intelectualmente em conceitos que o(a) discente considera impuros ou degradantes.

Assim, o distanciamento deliberado funciona como um mecanismo de higiene moral: ele interage com o conteúdo apenas o suficiente para passar, tratando o conhecimento como um objeto perigoso que deve ser manuseado com luvas, evitando qualquer internalização que possa "sujar" seu sistema de crenças.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026

Evento híbrido



Adicionalmente, essa postura defensiva é reforçada pelo fundamento da Lealdade/Traição. Para uma pessoa adulta com uma identidade moral e grupal consolidada (seja religiosa ou ideológica), permitir-se aprender e validar perspectivas sobre sexualidade que divergem de seu grupo de origem pode ser sentido como uma traição à sua "tribo" (Haidt, 2020), uma vez que o aprendizado real implica transformação, e transformar-se, neste contexto, representa um risco de desfiliação. Logo, o "fazer o mínimo" torna-se um ato de lealdade: o(a) discente obtém a certificação necessária para sua carreira (atendendo a uma necessidade pragmática), mas mantém sua fidelidade moral intacta ao rejeitar a essência do que foi ensinado.

1.2.3 Sectarização

O terceiro motivo é explicado pela pedagogia de Paulo Freire, que permite compreender a dimensão política e epistemológica dessa recusa. O(a) discente adulto(a) que se blinda contra o aprendizado da sexualidade, cumprindo ritos burocráticos sem engajamento crítico, exemplifica o comportamento que o autor descreve como a passagem da consciência intransitiva para a transitiva, alertando para a sectarização.

Para Paulo Freire, a sectarização é um fechamento patológico da consciência, uma postura mental de quem se recusa a pensar e a dialogar. No livro *“Educação como Prática da Liberdade”*, publicado originalmente em 1967, o autor define a sectarização através do contraste com a radicalização. Para Freire, ser "radical" é bom (ir à raiz dos problemas), enquanto ser "sectário" é destrutivo.

[...] a sectarização tem uma matriz preponderantemente emocional e acrítica. É arrogante, antidialógica e por isso anticomunicativa. É reacionária, seja assumida por direitista, que para nós é um sectário de “nascença”, ou esquerdista. O sectário nada cria porque não ama. Não respeita a opção dos outros. Pretende a todos impor a sua, que não é opção, mas fanatismo. Daí a inclinação do sectário ao ativismo, que é ação sem vigilância da reflexão. Daí o seu gosto pela sloganização, que dificilmente ultrapassa a esfera dos mitos e, por isso mesmo, morrendo nas meias verdades, nutre-se do puramente “relativo a que atribui valor absoluto” (Freire, 2008, p.59).

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Quando Freire diz que "a sectarização tem uma matriz preponderantemente emocional e acrítica", ele está dizendo, em 1967, o que Haidt (2020) diria décadas depois com a metáfora do elefante. Assim, o sectário não usa a razão crítica. Ele age por impulsos emocionais (medo, raiva, fanatismo). Ele transforma a realidade em um "mito" intocável para não ter que lidar com as contradições do mundo real.

Uma pessoa sectária acredita que a sua verdade é a única possível. Ela toma algo que é relativo (a sua opinião ou a do seu grupo) e transforma em algo absoluto e universal. No contexto aqui analisado, o discente acredita que sua moral é a única correta para toda a humanidade, então estudar outras perspectivas é visto como um erro ou uma agressão.

Ser sectário(a) é ser antidialógico. Sectários(as) não querem conversar e tentar entender, mas apenas impor suas perspectivas. Querem falar, mas não ouvir. Logo, o diálogo franco, que exige humildade e abertura ao outro, não encontra espaço para ocorrer. Para Freire (2008) a sectarização é também reacionária, uma vez que a fuga do debate ocorre como método para ignorar um mundo em permanente transformação.

As mudanças do mundo e o surgimento de novas formas de percebê-lo e interpretá-lo, causam medo aos sectários e sectárias, que agem no sentido inverso. Assim, como estudar sexualidade é também estudar as mudanças do mundo, a recusa implica em ignorar todo o aprofundamento necessário ao domínio do tema.

Dessa forma, a postura sectária se nutre pelo fanatismo (neste caso, moral ou religioso) que torna a sua verdade absoluta e intocável. Habitando o que Freire (2008) chama de "círculos de certeza", esses sujeitos castram a possibilidade do diálogo, transformando a sala de aula não em um espaço de descoberta, mas em um campo onde deve proteger seus dogmas da "ameaça" do pensamento crítico.

Essa impermeabilidade revela, em última instância, o fenômeno descrito em "*Pedagogia do Oprimido*", de 1974, como o "medo da liberdade". Estudar a sexualidade em suas dimensões históricas e sociais exige que a pessoa desmonte estruturas rígidas de pensamento e assuma a responsabilidade por sua autonomia intelectual.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Diante desse desafio, o discente prefere a "segurança" da acomodação. Conforme aponta Freire (2021), o medo da liberdade faz com que os indivíduos se refugiem na sombra das prescrições alheias (sejam elas da família, da igreja ou de convenções sociais), temendo que a autenticidade do "ser mais" comprometa sua sensação de pertencimento e segurança emocional, ou seja, é como se o aluno pensasse "prefiro ser ignorante e amado pelo meu grupo, do que ser crítico e ficar sozinho".

Consequentemente, observa-se uma distorção da relação pedagógica. Mesmo que a proposta docente seja libertadora e dialógica, o discente (resistente) força uma regressão ao modelo da "educação bancária". Ele instrumentaliza o ensino, agindo como um arquivista que apenas deposita tarefas vazias de sentido pessoal para sacar a aprovação institucional. Ao fazer apenas o mínimo, o estudante recusa a vocação ontológica de ser sujeito da própria história, optando por permanecer como objeto passivo de uma moralidade que ele se recusa a examinar, mantendo intacta sua alienação em relação aos temas que o próprio curso propõe desvelar (Freire, 2021).

1.2.4 Blindagem cognitiva

Por fim, o quarto elemento explicativo para essa recusa sistemática reside em um fenômeno da psicologia cognitiva identificado por Nyhan e Reifler (2010): o *Backfire Effect* (efeito sai pela culatra). Este viés cognitivo descreve a tendência humana de, ao ser confrontada com evidências que contradizem suas crenças centrais, não apenas rejeitar a nova informação, mas fortalecer ainda mais a convicção original!

Assim, no contexto da disciplina de sexualidade, o conteúdo apresentado, por mais bem fundamentado cientificamente ou historicamente que seja, é processado pelo aluno não como um dado a ser assimilado, mas como uma agressão à sua identidade.

Quando é apresentada a desnaturalização das normas de gênero, por exemplo, o cérebro do estudante reage de maneira análoga a uma resposta de ameaça física. Ocorre, então, o paradoxo pedagógico: quanto mais argumentos, dados e fatos são expostos para

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



desmantelar o preconceito, mais o discente se entrincheira em sua ignorância deliberada. Logo, o estudo aprofundado não gera dúvida, mas defesa.

Assim, a recusa em aprender e a realização mínima das tarefas funcionam como um escudo; o discente precisa rejeitar ativamente o conteúdo para proteger a integridade de sua visão de mundo, garantindo que, ao final do curso, ele saia "ileso" e paradoxalmente mais convicto de seus dogmas do que quando entrou.

A compreensão do *Backfire Effect* ganha contornos neurocientíficos decisivos através do estudo conduzido por Jonas Kaplan, Sarah Gimbel e Sam Harris (2016). Utilizando ressonância magnética funcional, os pesquisadores demonstraram que o ataque às convicções políticas e morais profundas ativa as mesmas estruturas cerebrais responsáveis pela resposta a ameaças físicas, especificamente a amígdala e a ínsula.

O estudo revela que o cérebro humano, em sua arquitetura evolutiva, não estabelece uma distinção clara entre uma ameaça à integridade física e uma ameaça à integridade identidade-ideológica. Metaforicamente, apresentar dados que contradizem a visão de mundo de um estudante conservador equivale, em termos neurais, a colocá-lo diante de um predador, ocorrendo um "sequestro amigdaliano" onde o sistema límbico prioriza a defesa imediata (luta ou fuga), inibindo as áreas corticais responsáveis pelo processamento lógico e pela assimilação de novas informações. Assim, a recusa em estudar a sexualidade não é apenas uma teimosia intelectual, mas uma reação fisiológica de autopreservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Imagine uma sala de aula comum de pós-graduação. A nova disciplina, que trabalha sobre sexualidade e educação vai começar. A professora recebe os estudantes, que chegam, ocupam seus lugares e aguardam o início da aula. Entre eles, encontra-se aquele mesmo estudante descrito na introdução. No entanto, findado o percurso teórico trilhado nestas páginas, a leitura sobre esse sujeito modifica-se substancialmente.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

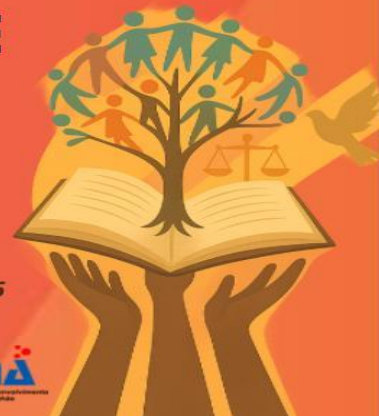
Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Onde, inicialmente, visualizava-se apenas teimosia, desinteresse ou alguma possibilidade de má-fé intelectual, agora passa-se a enxergar a complexa arquitetura de associações históricas, psicológicas, epistemológicas e políticas que ele carrega.

A recusa desse sujeito em aprender sobre sexualidade revelou-se não como um vazio de conhecimento, mas como um excesso de defesas. Ao longo deste artigo, demonstrou-se que a impermeabilidade ao saber pedagógico sobre sexualidade é sustentada por múltiplos alicerces que operam simultaneamente. E existem tantos outros que aqui não foram citados, abrindo margem para trabalhos complementares futuros.

Diante do exposto, impõe-se também a reflexão sobre os limites da ação educativa. Reconhecer essas barreiras não implica legitimar o preconceito, mas admitir que a sala de aula não detém onipotência. Constatou-se que, a despeito do rigor teórico e do compromisso ético docente, a aprendizagem pode mesmo não se efetivar. O estudante pode cumprir os ritos institucionais e obter a certificação, permanecendo imune à transformação que o conhecimento propõe.

Contudo, tal constatação não deve conduzir ao imobilismo pedagógico. Pelo contrário, a compreensão da complexidade dessa recusa reforça a necessidade de uma educação sobre sexualidade que seja firme em seus princípios científicos e humanos, porém paciente em seus processos. Se a recusa configura-se como um ato de fechamento, a docência permanece como o ato de manter a porta aberta, mesmo para aqueles que, por medo da mudança, insistem em tentar fechá-la. Afinal, conforme ensina a perspectiva freireana, a educação não pode forçar a libertação de quem opta pelas correntes, mas deve, incansavelmente, continuar anunciando a possibilidade de ser mais.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024.

CRUZ, Tânia Mara. **Sexualidade e orientação sexual:** cultura e transformação social. Palhoça: UnisulVirtual, 2014.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



 **8 a 10 de abril de 2026**
Evento híbrido



CYFER, Ingrid. A bruxa está solta: os protestos contra a visita de Judith Butler ao Brasil à luz de sua reflexão sobre ética, política e vulnerabilidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, e185303, 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 78. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

HAIDT, Jonathan. **A mente moralista**: porque pessoas boas são segregadas por política e religião. Rio de Janeiro: Alta Cult, 2020.

KAPLAN, Jonas Todd; GIMBEL, Sarah Irene; HARRIS, Sam Benjamin; Neural correlates of maintaining one's political beliefs in the face of counterevidence. **Scientific Reports**, London, v. 6, n. 39589, dez. 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NYHAN, Brendan; REIFLER, Jason. When Corrections Fail: The Persistence of Political Misperceptions. **Political Behavior**, New York, v. 32, n. 2, jun. 2010.

REZENDE, Camila Ribeiro de Almeida. Objetividade na escrita acadêmica – Reflexões interseccionais sobre corpos que escrevem. In: BERTOTTI, Bárbara Mendonça et al (Orgs), **Gênero e resistência**, volume 1: memórias do II Encontro de Pesquisa por/de/sobre mulheres [recurso eletrônico], Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da; MOURA, Jónata Ferreira de. Gêneros e sexualidades no currículo do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão: Discussões preliminares. In: MOURA, Jónata Ferreira de; SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da;(org.). **Gêneros e sexualidades**: desafios na educação. 1. ed. – Jundiaí – SP: Paco, 2022.

SOARES, Janine; PORTE, Guilherme Luiz; SANTOS, Vera Márcia Marques. Arte, História e Educação Sexual. In: SANTOS, Vera Márcia Marques et al. (org.). **Dicionário de educação sexual, sexualidade, gênero e interseccionalidades**. Florianópolis: Editora UDESC, 2019.